

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 12

Número 2

Agosto/Setembro de 2018



ISSN 1981-1659



Apresentação

Com a segunda edição de 2018 (julho/agosto), publicada em fevereiro de 2019, a Revista Brasileira de Segurança Pública inaugura definitivamente a sua nova fase. Além de nova diagramação e DOI em todos os artigos, damos início a uma série de quatro dossiês já programados sobre temas relevantes relacionados às políticas públicas da área. E, em breve, lançaremos um edital para a seleção de outros quatro dossiês, de forma a suscitar o debate qualificado de assuntos que nos parecem relevantes no contexto nacional e internacional atual.

Nesta parte, referente ao fluxo regular da revista, contamos com seis artigos e uma nota técnica, todos submetidos à revisão por pares para a garantia da qualidade do que publicamos. No âmbito do dossiê, que conta com uma apresentação própria redigida pelas organizadoras dessa seção, temos outros cinco artigos e a entrevista com uma das maiores especialistas na área de violência nas escolas. Totalizamos, assim, quatorze trabalhos, escritos majoritariamente por doutores, o que confirma a importância da Revista Brasileira de Segurança Pública como veículo de divulgação de pesquisas realizadas na academia, mas que podem ser apropriadas por gestores interessados na construção de uma sociedade menos violenta.

No âmbito dos artigos recepcionados regularmente, abrimos essa edição com a compilação sobre o que se escreve sobre segurança pública no Brasil. Como abordado pelo autor, trata-se de um campo em disputa, que mobiliza diversas acepções teóricas e técnicas de pesquisa, na tentativa de compreender como o crime violento ocorre e, ainda, quais são as políticas públicas que parecem mais efetivas em sua redução. Este balanço amplia e detalha outras conclusões destacadas no Boletim de Informação Bibliográfica¹ publicado sobre este assunto no ano passado, em razão de sua maior amplitude e preocupação em incluir trabalhos localizados na fronteira entre ciências sociais e administração pública e, por isso, tem o potencial de se tornar uma referência de destaque em ambas searas.

Apesar dos vários estudos revisados no primeiro artigo reficarem a prevenção como pedra angular na redução dos índices de criminalidade, o conceito de segurança pública que orienta a formação dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é eminentemente repressivo. Assim, o segundo artigo desta parte destaca a disjunção existente entre as disciplinas consideradas “mais teóricas” e aquelas voltadas para a “prática”, o que coloca o policial em uma espécie de escolha de Sofia entre o “tiro, porrada e bomba” e o “servir e proteger”. Para a solução deste dilema, a primeira alternativa tende a ser mais mobilizada, entre outras razões, por ser a mais enfatizada desde o primeiro dia do neófito na academia de polícia.

A ênfase exagerada em conteúdos mais voltados para o uso da força do que para a prevenção de conflitos faz com que o Brasil seja um dos campeões em termos de letalidade e mortalidade policial, como demonstram os números publicados regularmente pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Neste diapasão, a atuação das corregedorias de polícia se torna de especial importância para que tais fenômenos possam ser coibidos e prevenidos, respectivamente. No entanto, o terceiro artigo desta edição destaca como as Ouvidorias e Corregedorias de Polícia do Nordeste do país ainda contam com uma estrutura arcaica, tendo uma atuação bastante pautada pelo corporativismo, que longe de contribuir para o desenvolvimento da corporação (o que poderia salvar a vida de vários policiais), termina por legitimar ações violentas, desculpando os desviantes, sem apresentar-lhes uma opção de conduta mais condizente com o que se espera de uma polícia moderna.

1 RIBEIRO, Ludmila; TEIXEIRA, Alex. *O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, n. 84, v. 2, 2017, pp. 13-80. Disponível em: <<https://www.anpo.cs.com/index.php/bib-pt/bib-84/11100-o-calcanhar-de-aqui-les-dos-estudos-sobre-crime-violencia-e-dinamica-criminal/file>>. Acesso em 07 fev. 2019.

Logo, os três primeiros trabalhos desta edição indicam que políticas públicas de segurança efetivas, do ponto de vista da redução sustentável de taxas de criminalidade, devem passar, necessariamente, pela ênfase na prevenção de delitos e pela reforma das práticas policiais. Para elucidar como esse desafio foi encarado de maneira razoavelmente bem-sucedida, ainda que por pouco tempo, o quarto artigo analisa o Pacto pela Vida, desenvolvido em Pernambuco e reconhecido, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, como uma excelente prática na redução dos homicídios intencionais. Neste estudo são apresentados os fluxos, os atores e os momentos críticos que viabilizaram a formulação da política e, por conseguinte, a sua implementação. Considerando que, neste exato momento, vários gestores estaduais têm o desafio de tornar as promessas de construção de estados mais seguros realidade, acreditamos que esse texto pode ser tomado como uma leitura obrigatória para a construção de coalizões vencedoras na implementação de programas de segurança pública eficazes.

O quinto artigo do fluxo regular, por sua vez, se distancia um pouco das acepções de segurança pública e volta a sua atenção para como as informações coletadas na prática policial, por meio dos Boletins de Ocorrência, podem ser substratos interessantes no entendimento de novas dinâmicas criminais, como a que se convencionou chamar de “gângues”. Utilizando essas informações como base, os autores evidenciam os processos de estruturação de grupos criminosos, destacando quais são as principais posições de poder dentro desses grupos e como ocorre a mobilidade hierárquica nessas agremiações. Talvez o resultado mais importante deste estudo seja salientar como os dados compilados pelos policiais são pouco utilizadas pela própria polícia na construção de suas atividades de policiamento ostensivo e, sobretudo, investigativo.

Também abordando a imperiosa necessidade de se manejar com maior propriedade as informações disponíveis em nossa sociedade está o sexto artigo. A partir de um experimento, que procurou avaliar o efeito de oficinas pedagógicas com adolescentes sobre suas concepções acerca da violência de gênero, os autores salientam que para mudar, por exemplo, os elevados números de feminicídio precisamos de uma espécie de força-tarefa, que contemple a formação continuada sobre a construção social do feminino e do masculino, bem como o engajamento da mídia na disseminação de dados mais detalhados sobre as causas e consequências da violência contra a mulher. Essa discussão não poderia ser mais oportuna. Afinal, estamos em um momento no qual alguns legisladores procuram impulsionar a revisão dos conteúdos relativos a este tema e a maneira pela qual eles são disseminados no cotidiano escolar.

Encerrando a parte que compõe o fluxo regular da revista, temos a nota técnica, que aborda uma iniciativa implementada pelo governo do estado de Goiás com vistas a melhorar a alocação de recursos públicos nos distritos policiais. Trata-se de uma espécie de experimento que se destaca por ter como uma de suas dimensões estruturantes a participação popular. As conclusões do estudo, porém, estão longe de serem promissoras. Os resultados indicam que, apesar do desenvolvimento de vários mecanismos de governança, a transparência, *accountability* e controle social não foram efetivados, o que pode ser explicado, talvez, pelo corporativismo policial, refratário às críticas que por ventura possam surgir quando dados são disponibilizados para a sociedade. Na medida em que a organização se fecha ao escrutínio externo, suas mazelas podem se cristalizar, fazendo da polícia parte do problema da segurança pública. Em outras palavras, a nota técnica reafirma os textos que compõem a primeira parte desta seção, sobre a necessidade do conceito de segurança pública estar cada vez mais relacionado ao controle interno e externo da prática policial.

Para encerrar essa apresentação, gostaríamos de agradecer às professoras Valéria Oliveira e Flávia Xavier, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo empenho em organizar duas edições sobre a temática da violência nas escolas, um assunto que tem ganhado cada vez mais importância no âmbito das políticas públicas de segurança, desenvolvidas em âmbito municipal, estadual e federal. Esperamos que todo o empenho dos autores e pareceristas, tanto da seção regular como do dossiê, possa reverberar em iniciativas mais criativas e efetivas num momento em que a formação escolar dos cidadãos brasileiros é colocada em questão por alguns gestores. É com este ensejo que desejamos a todos uma excelente leitura deste número da RBSP.

Boa Leitura!

Ludmila Ribeiro
Editora-Chefe

